



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 66/2021 - PRES/GABPRES

Presidência do Senhor Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia. Presentes o Senhor Desembargador Alexandre Miguel e os Senhores Juizes Marcelo Stival, Francisco Borges Ferreira Neto, Edson Bernardo Andrade Reis Neto, João Luiz Rolim Sampaio e Clênio Amorim Corrêa. Procuradora Regional Eleitoral, Gisele Dias de Oliveira Bleggi Cunha. Secretário Marcelo Silva Marinho. Às dezesseis horas e três minutos foi aberta a sessão.

JULGAMENTOS

1. RECURSO ELEITORAL PJe n. 0600264-19.2020.6.22.0010

Origem: Jaru/RO

Relator: Juiz FRANCISCO BORGES FERREIRA NETO

Resumo: Prestação de Contas de Candidato - Cargo - Vereador

Recorrente: ALEXSANDRO CAPICHE

Advogado: Gladstone Nogueira Frota Júnior – OAB/RO n. 9951

Advogada: Erica Cristina Claudino de Assunção – OAB/RO n. 6207

Advogado: Francisco Ramon Pereira Barros – OAB/RO n. 8173

Advogado: Juacy dos Santos Loura Júnior – OAB/RO n. 656 - A

Advogado: Manoel Verissimo Ferreira Neto – OAB/RO n. 3766

Advogado: Danilo Henrique Alencar Maia – OAB/RO n. 7707

Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL

Decisão: Recurso parcialmente provido, por maioria, nos termos do voto do relator, vencidos o Juiz Clenio Amorim e o Desembargador Alexandre Miguel. O Juiz Clênio Amorim apresentará declaração de voto.

2. PRESTAÇÃO DE CONTAS PJe n. 0600135-44.2020.6.22.0000

Origem: Porto Velho/RO

Relator: Juiz CLENIO AMORIM CORREA

Resumo: Prestação de Contas - De Exercício Financeiro

Requerente: DIRETÓRIO ESTADUAL DO PARTIDO POPULAR SOCIALISTA - PPS

Advogada: Raimundo Nonato Martins de Castro OAB/RO n. 9272

Interessado: VINICIUS VALENTIN RADUAN MIGUEL

Advogada: Raimundo Nonato Martins de Castro OAB/RO n. 9272

Interessado: ITALO HENRIQUE MACENA BARBOZA

Advogada: Raimundo Nonato Martins de Castro OAB/RO n. 9272

Decisão: Contas desaprovadas, nos termos do voto do relator, à unanimidade. Anotado o impedimento para julgamento do Desembargador Alexandre Miguel.

O Senhor Desembargador Presidente se congratula com o Dr. Clênio Amorim pelo seu retorno ao convívio da Corte, ressaltando que sua ausência, ainda que momentânea, foi sentida e que sua volta é recebida com muita alegria, por todos os membros do tribunal. Ressalta ainda, a importância de seus votos para a construção da jurisprudência deste tribunal.

Propõe aprovação da expedição de ofício à embaixada americana, pelo fato do 11 de setembro ocorrido há vinte anos, onde de forma imediata 2.977 vidas foram ceifadas por um terrorismo em nome de Deus, coisa absolutamente ortodoxa e contraditória, porque tem certeza que Deus nunca aprovaria o terrorismo.

Faz registrar em ata que no dia 10 de setembro de 1949, oficialmente, foi fundada a Associação dos Magistrados Brasileiros – AMB. Embora sua certidão de nascimento registre o dia 10 de setembro de 1949 como a data de sua criação, a história da Associação dos Magistrados Brasileiros começou a ser delineada alguns anos antes. Em 1936, o juiz mineiro José Júlio de Freitas Coutinho lançou a semente do que, posteriormente, viria a ser a AMB, ao enviar cartas a colegas de todo o País, convocando-os para organizar uma entidade nacional que congregasse todos os juizes brasileiros. Precursor do movimento, Júlio Coutinho morreu em 1938 e não chegou a ver o perfil que a sua associação de classe assumiria.

Já em 1941 foi a vez do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edgard Costa, convocar uma nova reunião dos futuros fundadores, auxiliado diretamente pelo Desembargador José Duarte Gonçalves da Rocha e apoiado por magistrados como Mário dos Passos Monteiro, Artur Marinho, Rocha Lagoa, Goulart de Oliveira e Vicente Piragibe. Em 1943, a Conferência dos Desembargadores, convocada para discutir os novos Códigos Penal e de Processo Penal, resultou no fortalecimento do movimento.

O nome Associação dos Magistrados Brasileiros foi dado em 1948, ano em que 50 magistrados se reuniram para eleger a primeira Diretoria e a Comissão de Propaganda e Cultura. A AMB, na verdade, só foi registrada com um ano e nove meses de vida, época em que começou a emitir os primeiros posicionamentos e discursos. O dia da posse de sua primeira Diretoria passou a ser considerado o seu aniversário.

Lei nº 1.371, de 24 de maio de 1951, considera de utilidade pública a Associação dos Magistrados Brasileiros. Carta assinada por Getúlio Vargas.

Nesses 70 anos de existência, a AMB teve 31 presidentes, sendo sete ministros de Tribunais Superiores – STF (3), TST (2), STM (1), TFR (1). Dos 29 magistrados que alcançaram a presidência da AMB, 12 tiveram origem no Rio de Janeiro, cinco em São Paulo, quatro em Minas Gerais, três em Santa Catarina, três no Rio Grande do Sul, um no Paraná, um no Amazonas e um em Pernambuco. A atual presidente da AMB, Renata Gil de Alcântara Videira, é representante do estado do Rio de Janeiro. A sede da AMB saiu do Rio de Janeiro pela primeira vez em 1982, com a eleição do desembargador Sydney Sanches (SP). Sanches e Edgard Costa, primeiro presidente da AMB, foram os dois únicos reeleitos até hoje.

Nada mais havendo a ser julgado, foi lida e aprovada esta ata e encerrada a sessão às dezesseis horas e quarenta e três minutos. E, para constar, eu, Marcelo Silva Marinho, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Senhor Desembargador Presidente deste Tribunal.

Porto Velho, 14 de setembro de 2021.

Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia

Presidente

66ª Sessão Ordinária do ano de 2021, realizada no dia 14 de setembro.

Documento assinado eletronicamente por **Marcos Alaor Diniz Grangeia, Presidente**, em



16/09/2021, às 15:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0739378** e o código CRC **5230190B**.